



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 08 de outubro de 2015, às 19h, nas dependências do Auditório da Administração Regional de Santa Felicidade, situado à Rua Santa Bertila Boscardin, nº 213, Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim.

PARTICIPANTES: Assinalou-se a presença da comunidade local e dos órgãos públicos e representantes, conforme lista em anexo. Inicialmente, a Presidente destacou o trabalho já realizado pela Promotoria de Justiça das Comunidades, por meio das Audiências Públicas na região de Santa Felicidade. Informou que as audiências ocorrem nas proximidades da população interessada quando se trata de tema específico e que esta Audiência tem caráter geral, aberta à comunidade para apresentação de demandas priorizadas pela mesma. Destacou o papel do Ministério Público, bem como as suas atribuições e o interesse em colaborar com a comunidade local na conquistas dos seus direitos. Apresentou, na sequência a Delegada, do 12º DP, e os representantes da Polícia Militar. Apresentou, também, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, o representante da guarda municipal, representante do CONSEG. O Sr. Pedro fez uma breve apresentação da atuação do CONSEG, citou dois exemplos, um deles o viaduto do Orleans, que há mais de 15^{anos} vem se discutindo acerca das obras que o envolvem, sendo que a comunidade elaborou um projeto, o qual está sendo avaliado para solução do problema. O segundo exemplo, falou da destruição da delegacia, após uma rebelião; citou que o Governador determinou que as delegacias não deveriam ter mais celas, e a comunidade também apresentou um projeto, mas infelizmente a verba saiu de um determinado departamento e foi para a área da "fazenda"; que o projeto está demorando para ser executado e que as celas, que estão condições precárias, "sub-



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

humanas”, estão sendo utilizadas novamente; solicitou auxílio do Ministério Público para encaminhamento das demandas. A Presidente agradeceu a participação do Sr. Pedro; A Presidente ressaltou a importância do aludido Conselho e a necessidade de envolvimento dos membros da comunidade. A palavra foi passada ao Sr. José Pinheiro, que fez uma reclamação genérica sobre as crianças e adolescentes que não tem a devida educação, que falta policiamento, indicando que a guarda municipal precisa ajudar. O Sr. Toninho pedindo a palavra endossou a fala do Sr. José, dizendo que os jovens não estão recebendo a atenção e investimentos do poder público, para a prática de esporte, como exemplo. Falou da importância dos equipamentos públicos (canchas/prças de esporte). A Presidente passou a palavra ao Sr. Aliceu, que informou que foi atendido por esta Promotoria de Justiça e que por meio dessa intervenção, eles conseguiram a regularização da cancha (a reforma). A Administradora Regional ressaltou que o trabalho foi realizado em parceria com outras Secretarias. A Presidente destacou a importância da comunicação das demandas à Administração Regional. A palavra foi repassada ao morador Marcos que solicitou o auxílio do Ministério Público para questões de regularização fundiária. A Presidente questionou para entender melhor a demanda. A Administradora informou que se trata de APP que pertence à COHAPAR; que foi feito levantamento de moradores; destacou que esse trabalho é feito pela COHAB, mas que eles só podem atuar quando a área já é propriedade do Município. A Presidente informou que foi formada uma comissão para tratar da regularização fundiária em Curitiba e que o Ministério Público tem interesse em acompanhar essas questões e zelar pela aplicação da lei. Destacou que, se a Prefeitura deixar de cumprir com a lei, o Ministério Público vai cobrar, mas por outro lado, também há interesse na defesa dos direitos dos cidadãos. Assim, informou que tem conhecimento que o Ministério Público indicou pessoas da área de habitação e urbanismo para acompanhar a referida comissão. A Presidente recebeu um



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

documento do Sr. Marcos e determinou a juntada. Na sequência, pediu a palavra o Sr. Mário Trentin, que trouxe um documento com reclamação de consumo de bebidas alcoólicas no Parque Barigui. A Presidente informou ao Sr. Mario que será feito contato para seu comparecimento à Promotoria para maiores esclarecimentos sobre a demanda. Dando continuidade, apresentou a Procuradora de Justiça, presente, Dra. Rosangela Gaspari, a qual fazendo o uso da palavra, fez uma breve explicação da atuação do NAVES – Núcleo de Apoio à Víctima de estupro, bem como comunicou que será promovida uma Audiência Pública na região da CIC para tratar da violência – estupro, no dia 21/10, as 14h30. A Presidente agradeceu a presença. O Sr. Emi Benjamim Stein pediu a palavra e destacou a importância da comunidade se mover para alcançar os seus direitos, pois que as questões não devem ser delegadas à responsabilidade do Ministério Público, da Guarda Municipal. Ressaltou que a população deve participar da construção do orçamento. A Presidente passou a palavra a Sra. Maria Bernadete Strapasson, ~~ex~~ Conselheira Tutelar que relatou que realmente há dificuldade em ter acesso as informações para contribuir na elaboração do orçamento. Na sequência a palavra foi passada a Sra. Maria Thereza, representante da FAS que informou que nas segundas terças-feiras do mês, às 14horas, o COMTIBA se reúne para debater as questões de orçamento, convidando todos a participarem. A Presidente solicitou que a Sra. Maria Thereza esclarecesse melhor a informação dada acerca da destinação das verbas do fundo do COMTIBA. O Sr. Marcio Gastão, Presidente do Conselho de Saúde da União local das Vilas, informou que assumiu a função em março e passou a relatar as dificuldades no atendimento das demandas por falta de profissionais nas Unidades de Saúde, destacando algumas áreas que precisam de atenção, como a especialidade de ginecologia/obstetrícia; solicita a contratação de Clínico Geral e gineco/obstetra. A palavra foi passada a Sra. Lara Cubis de Lima, Diretora do Distrito Sanitário de Santa Felicidade que falou que a Secretaria fez um projeto apresentado ao



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

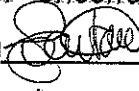
Ministério da Saúde para indicar a quantidade necessária de médicos nas unidades de saúde; informou que teve concurso e que tem o impacto financeiro que é avaliado para as contratações (que as Unidades são avaliadas, por exemplo, pela vulnerabilidade da região e pela quantidade de SUS-dependente). A Presidente pediu para ver os dados informados pelo Sr. Marcos, questionando quantos médicos existem e o Sr. Marcos informou que atualmente necessitam de mais um Clínico Geral e 1 Gineco/obsteta. Que há 2 anos a Unidade está sem Clínico Geral e 3 anos sem Ginecologista/obstetra. A Diretora regional informou que há 1 ginecologista/obstetra, 3 pediatras e 4 clínicos gerais. A Presidente questiona se há estudo para adequação nas Unidades de Saúde e a Diretora informa que há estudo nas 109 Unidades que está sendo finalizado. A Diretora ressaltou que o concurso para contratação contempla apenas Clínicos Gerais. O Sr. Marcos diz que será enviada nova solicitação para atendimento da demanda de reposição de médicos na Unidade União das Vilas. A Presidente informou que há uma Promotoria com atuação na área da Saúde Pública e passou o endereço Mal. Deodoro, nº 1028 destacando que as questões relativas ao tema poderão ser tratadas na aludida Promotoria. O Sr. Aliceu, da Associação de Moradores Amigos da Vila Real pediu a palavra apresentando um documento, acerca de regularização fundiária, referente ao protocolo 04-017198/2015, que a Presidente recebeu e determinou a juntada, acerca da falta de atendimento (informações) da COHAB. A Administradora esclarece que o entrave para regularização dos trâmites de regularização fundiária relaciona-se à questão ambiental (curso de rio). Desde já a Presidente determinou a expedição de ofício à Secretaria de Meio Ambiente requisitando informações sobre o parecer técnico (encaminhamentos) do processo nº 1128.816/2008. A sra. Michele e Terezinha da Associação de Moradores Santos Andrade, solicitam esclarecimentos relativos a realocação dos moradores do Jardim Santos Andrade. A Presidente determinou agendamento de reunião em Escola Municipal para esclarecimentos a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

serem prestados pela COHAB, entretanto fez breves explicações quanto as dificuldades da Cohab nas questões legais no processo de ocupação e regularização fundiária. Assim, deu por encerrada a presente audiência às 21h30min. Eu, Vanessa Milene de Santana , Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos representantes dos órgãos abaixo nominados.

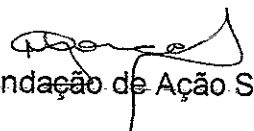
Curitiba, 08 de outubro de 2015.



Swami Mougenot Bonfim
Promotora de Justiça - Presidente


Administração Regional de Santa Felicidade


Distrito Sanitário de Santa Felicidade


Fundação de Ação Social